

O ENSINO DE ECONOMIA NA UFRGS*

Pedro Cezar Dutra Fonseca**
 Otilia Beatriz Kroeff Carrion***

Resumo – Este artigo trata do ensino de Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Analisa-se, inicialmente, como os cursos de Economia (graduação e pós-graduação) da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da referida universidade foram sendo estruturados ao longo do tempo, desde sua origem, em 1909, quando tiveram início os cursos de nível médio e superior da então Escola de Comércio de Porto Alegre. Destaca-se, a seguir, a importância do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, criado em 1953, para o desenvolvimento da pesquisa e o surgimento dos cursos de pós-graduação em Economia da UFRGS, bem como o impacto da criação desses cursos nas décadas de 1960 e 1970. O artigo está organizado em duas partes: *Antecedentes históricos*, em que são apresentadas a origem, evolução e principais mudanças ocorridas nos cursos de graduação e pós-graduação e na pesquisa; e *Período recente*, que trata da situação atual do ensino de Economia na UFRGS e das demais atividades acadêmicas a ele relacionadas.

Palavras-chave – Economia. Ensino de Graduação. Ensino de Pós-Graduação. Pesquisa. Desenvolvimento econômico. Rio Grande do Sul.

Abstract – This paper concerns the teaching of Economics at Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). Initially it analyzes how the Economics teaching (graduate and post-graduate degrees) at “Faculdade de Ciências Econômicas” (FCE) – the School of Economics – was structured along the time and since its creation in 1909, when the high school level course and the college level course at “Escola de Comércio de Porto Alegre” - Scholl of Commerce – started to operate. Next, it focuses on the importance of the “Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas” (IEPE) – Center for Economic Studies and Research – created in 1953, for the development of research, and also the post-graduate degree courses that were created at FCE/UFRGS, as well as the impact of the creation of post-graduate degree courses in the 1960 e 1970. This paper is divided in two sections: *Historical background*, where the origin, evolution and main changes that occurred regarding graduate and post-graduate degrees courses are presented, and *Current period*, where the present situation of the teaching of Economics at FCE/UFRGS and the related academic activities are analyzed.

Key words – Economics. Teaching. Research. Graduate degree. Post-graduate degree. Economic development. Rio Grande do Sul.

JEL classification – A2, Economics, Education and teaching of Economics.

* O presente artigo baseia-se, em grande parte, nas informações reunidas e apresentadas no livro (CARRION et al., 2000), lançado por ocasião das atividades comemorativas dos 90 anos da FCE/UFRGS.

** Doutor em Economia. Professor Titular e ex-Diretor da FCE/UFRGS. Vice-Reitor da UFRGS e Pesquisador do CNPq.

*** Doutora em Economia. Professora Titular e ex-Diretora da FCE/UFRGS.

ANÁLISE	Porto Alegre	v. 17	n. 2	p. 284-296	jul./dez. 2006
----------------	--------------	-------	------	------------	----------------

1 Introdução

Tendo contribuído, ao longo dos anos, com a formação de várias gerações de economistas atuantes e destacados, a Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia (FACE) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) traz a público mais uma importante contribuição: reunir nesta edição especial da *Revista Análise*, comemorativa dos 75 anos da FACE, um conjunto significativo de artigos sobre a experiência de estruturação do ensino de Economia em algumas das mais tradicionais universidades do país.

Abordar o ensino de Economia na perspectiva do desenvolvimento econômico, conforme foi proposto para esta edição da *Revista Análise*, implica considerar o ensino em seus nexos com a pesquisa. Supõe, também, examinar aspectos relacionados à formação e capacitação docente, à extensão e, ainda, questões de natureza institucional. Os caminhos percorridos para que se estabelecessem padrões aceitáveis de ensino e pesquisa em Economia e se definissem estruturas institucionais adequadas a essa necessidade foram os mais variados. Daí a riqueza dos relatos apresentados neste número especial da Revista e a importância de se analisarem experiências diversas com vistas ao aprimoramento do saber na área de Economia.

Das universidades medievais do século XIII, verdadeiras “corporações universitárias” (ver Le Goff, 1988) aos dias atuais, ocorreram mudanças expressivas na estrutura, organização e administração da atividade acadêmica, mas, principalmente, na forma de a universidade, enquanto instituição, interagir com a sociedade, sua inserção histórica no processo social. O próprio saber acadêmico foi se adaptando e acompanhando a realidade de cada época, contribuindo, com suas inovações, para o desenvolvimento econômico. Os atuais cursos de Economia do país e as faculdades e universidades que lhes deram suporte foram sendo criados e estruturados ao longo do tempo. Muitos esforços foram feitos, erros e acertos aconteceram para que se atingissem níveis de qualidade e padrões de excelência. Compreender essas dificuldades e exigências é condição fundamental para a construção de um conhecimento solidamente embasado, socialmente comprometido e capaz de se renovar.

Nessa perspectiva, este artigo apresenta uma breve descrição da trajetória da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), iniciando pelos *Antecedentes históricos*: criação da FCE; áreas de atuação e cursos – graduação e pós-graduação e pesquisa. Na sequência, é abordado o *Período recente*: criação de novos cursos de graduação e pós-graduação; áreas de concentração; linhas de pesquisa; formação e atuação do corpo docente; programas de intercâmbio; inserção social; novos desafios.

Com este relato da experiência do ensino de Economia na FCE/UFRGS, esperamos estar contribuindo para esse importante debate que os editores da *Revista Análise* com muita propriedade e oportunidade souberam propor.

2 Antecedentes históricos

As origens da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS e de seus cursos, incluindo o de Economia, remontam ao início do século XX, mais precisamente ao ano de 1909, quando foi fundada a Escola de Comércio de Porto Alegre, anexa à Faculdade Livre de Direito. Nessa época, a Universidade ainda não fora criada¹ e existiam, portanto, algumas escolas/faculdades isoladas como a Escola de Farmácia (1895), a Escola de Engenharia (1896), a Faculdade de Medicina (1898), a Faculdade de Direito (1900) e a Escola de Comércio (1909).

Nesse período, era dominante entre as elites gaúchas a ideologia positivista, fato que se refletiu na área educacional do Estado e, por conseguinte, na criação de seus cursos superiores. Inspirados em autores como Comte, Saint Simon e Spencer, os positivistas davam especial importância ao ensino científico e técnico; isso contrastava com a formação tradicional das elites brasileiras, de tradição ibérica, com primazia às disciplinas teóricas e de formação humanística, como Literatura, Línguas, Filosofia, Teologia e Retórica – as quais não só ocupavam largo espaço nos currículos dos cursos superiores, mas também desde as séries iniciais, e que viriam a se consagrar no chamado “Curso Clássico”. Assim, os cursos superiores nasceram no Rio Grande do Sul com este forte viés que hoje se poderia denominar, com certa licenciosidade, de “profissionalizante”: o primeiro deles, como se mencionou anteriormente, foi o de Farmácia, que daria origem à atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E, logo a seguir, além dos tradicionais cursos de Direito e Medicina, a Escola de Engenharia, voltada à promoção da construção civil e da produção industrial e agrícola. Já nessa época falava-se na integração entre ensino superior e setor privado.

Com a criação de um curso de Comércio expressava-se o entendimento da época sobre a necessidade da formação de recursos humanos especializados para trabalharem nas instituições públicas e no setor privado – o então denominado “pessoal de escritório”. A expansão dos mercados, a diversificação agrícola decorrente do florescimento da economia colonial, ao norte do Estado, a qual se associava o aparecimento das primeiras indústrias, exigia a formação de profissionais especializados, dentre os quais contadores, economistas e administradores. Os primeiros “guarda-livros”, voltados às tarefas contábeis, eram práticos, aprendiam suas atividades com a experiência, e não raro transformavam-se em gerentes das empresas, exercendo

¹ Isso veio a ocorrer em 1934, com a criação da Universidade de Porto Alegre (estadual), que teve seu nome alterado, em 1947, para Universidade do Rio Grande do Sul e foi, finalmente, federalizada em 1950.

tarefas que hoje seriam não apenas de contadores, mas de economistas, administradores e estatísticos.

A idéia de formá-los em um curso técnico e, a mais arrojada e inovadora, em um curso de nível superior com *status* semelhante, pelo menos formalmente, a profissões consagradas como a de médico, farmacêutico, advogado e engenheiro, mostra a pretensão e o espírito de modernidade dessa geração positivista. Modernidade, pois demonstra a compreensão, a seu modo e com forte inspiração na literatura européia, de que o mundo futuro acenava para a produtividade, com a maquinaria e o uso da ciência na agricultura e na indústria, com a racionalização das atividades de produção e de distribuição de mercadorias.

Enfim, era o capitalismo que se impunha, dominando as relações econômicas e sociais. Como mostrou Max Weber em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (Weber, 1994), este não apenas diz respeito à existência do lucro como fenômeno social, algo existente desde a Antiguidade, mas associa-se a sua busca racional e calculada: passa a exigir, portanto, desde seu nascedouro, que haja a medição e o acompanhamento de variáveis como compras, vendas, estoques, custos e receitas. O lucro, fim último da atividade capitalista, necessita ser medido e, para tanto, passa a exigir profissionais especializados, dedicados especialmente a esta tarefa. A fase do improvisado e do empirismo dá lugar à da racionalidade entre fins e meios necessários para alcançá-los. O mesmo acontece no setor público, com o aumento da complexidade das atividades estatais, não só pela natureza dos fenômenos emergentes (urbanização, crises, fábricas e movimentos sociais), como por sua magnitude; fazem-se necessárias estatísticas, demográficas e econômicas, cujas variáveis necessitam ser acompanhadas.

Saint Simon propunha, em seu socialismo utópico, um mundo em que a política fosse substituída pela administração, onde critérios científicos preponderassem sobre os políticos na escolha dos dirigentes, em que a “irracionalidade” do mercado, causadora de crises, desse lugar às decisões planejadas por critérios técnicos e científicos. Esta visão impressionara sobremaneira Comte, seu discípulo, que a associou ao evolucionismo, então dominante nas ciências biológicas: firmava-se aí a idéia de que a sociedade possuía uma trajetória, um rumo – o progresso – e que este poderia ser construído. As idéias, portanto, incitavam a um programa de ação: passaram, então, a influenciar intelectuais e políticos, contrapondo-se às visões de mundo, seja de natureza religiosa, seja de caráter laico, como o liberalismo e o socialismo. Na América Latina, e em especial no Rio Grande do Sul, militares e civis encamparam a bandeira, e estes foram os autores prediletos de homens como Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Pinheiro Machado e Getúlio Vargas.

Assim, sob essa inspiração doutrinária, os cursos inicialmente ministrados pela Escola eram voltados, sobretudo, à prática do comércio e oferecidos em dois níveis: o Curso Geral, de nível médio, que formava pessoal apto

para o exercício das funções de guarda-livros, perito judicial e técnico fazendário; e o Curso Superior, que habilitava profissionais com formação atuarial, contábil e econômica para atuarem tanto em empresas privadas quanto no setor público e para cujo ingresso era exigido o curso médio. Ambos os cursos (tanto o de nível médio quanto o de nível superior) tinham um caráter essencialmente prático, instrumental, muito diferente da formação que, hoje, um atuário, contador ou economista recebem, embora no curso superior já se note um aprofundamento em direção a disciplinas formativas de natureza mais ampla.

O Curso Geral, pré-requisito para o Curso Superior, tinha duração de três anos e constavam do seu currículo as seguintes disciplinas: Matemática Elementar; Estenografia; Escrituração Mercantil; Física, Química, História Natural e Merceologia; Contabilidade Mercantil; Noções de Direito Público e Privado, Legislação Fiscal; Português; Alemão; Francês; Inglês. A duração do Curso Superior era de dois anos (além dos três anos do Curso Geral) e seu currículo era composto pelas seguintes disciplinas: Geografia, História Comercial e Estatística Comercial; Contabilidade Mercantil Comparada, Bancos, Seguros e Contabilidade do Estado; Direito Comercial; Economia Política e Ciência das Finanças; Noções de Direito Internacional, Legislação Consular, Diplomacia e Correspondência Diplomática; Matemática Superior Aplicada ao Comércio; Italiano; Espanhol. Nota-se, claramente, que no Curso Superior procurava-se ir além da formação estritamente técnica, com a introdução de disciplinas de natureza mais ampla, como Direito, Economia e Matemática, gabaritando o profissional com o “espírito científico”, bem ao gosto da visão positivista.

Tanto o Curso Geral quanto o Curso Superior funcionaram até 1932 e, em 1933, foram substituídos por outros dois: o Curso Propedêutico e o Curso de Contador, com duração de três anos cada. A partir da criação da Universidade de Porto Alegre (estadual), em 1934, organizou-se o novo curso superior de Administração e Finanças. Com a transformação da Escola de Comércio em Faculdade de Economia e Administração, em 1945, outras mudanças aconteceram: foram criados os cursos superiores de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais, cada um com duração de quatro anos. Ambos iniciaram suas atividades em 1946 e o curso de Administração e Finanças foi extinto pouco depois. Desde essa época, o currículo do curso de Ciências Econômicas passou por várias e significativas mudanças,² num processo continuado de aprimoramento e de adaptação à realidade.

Em 1947, a Universidade teve seu nome modificado para Universidade do Rio Grande do Sul; quando foi federalizada, em 1950, passou a ser Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e, na mesma ocasião, a

² Uma análise detalhada das mudanças ocorridas no currículo do curso de Ciências Econômicas, desde sua criação, em 1945, até a atualidade, pode ser encontrada no texto de Marchetti (2000).

Faculdade assumiu a atual denominação de Faculdade de Ciências Econômicas (FCE). Nessa nova fase, foram criados mais dois cursos superiores: Administração de Empresas (1963) e Administração Pública (1966). A manutenção da então denominada Escola Técnica de Comércio como órgão anexo da Faculdade garantiu a continuidade dos cursos técnicos (nível médio) da área; atualmente, a Escola Técnica é órgão autônomo da Universidade.

A instalação da FCE no seu atual endereço, na Avenida João Pessoa, n. 52, deu-se após o incêndio de 1951 que destruiu o antigo prédio histórico onde funcionava o Colégio Estadual Júlio de Castilhos. Depois de ampla reforma e adaptação, a FCE transferiu-se para o novo local; a Reitoria da UFRGS, antes localizada na Faculdade de Direito, instalou-se temporariamente (até sua transferência definitiva para a Avenida Paulo Gama) no primeiro andar do prédio da FCE. No início da década de 1970, o Governo Federal promoveu ampla reforma universitária que estabeleceu a estrutura departamental, por áreas de conhecimento, no sistema federal de ensino superior. Foram, desse modo, criados três departamentos na FCE, cada qual tendo assumido o(s) curso(s) de graduação correspondente(s): o Departamento de Ciências Administrativas, o Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais e o Departamento de Ciências Econômicas. A área de Administração e seu respectivo Departamento passaram, mais recentemente, a integrar a estrutura da nova Escola de Administração, criada em 1996.

Relativamente à área de Economia, o surgimento dos cursos de pós-graduação e o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão na FCE devem-se, em boa parte, à criação do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE), órgão auxiliar da FCE/UFRGS. Dentre as várias funções atribuídas ao IEPE, desde sua fundação em 1953, estão a pesquisa, a extensão e a pós-graduação. A associação entre ensino, pesquisa e extensão, que foi finalmente consagrada no último Estatuto da Universidade, da década de 1990, tem no IEPE o seu embrião e partiu de iniciativa liderada por Peri Pinto Diniz, então diretor da Faculdade. Propunha-se, de forma inovadora, que os professores não apenas comparecessem à faculdade para dar aulas, mas, também, que tivessem dedicação integral e pudessem pesquisar, em interação com os setores público e privado. Da mesma forma, introduzia-se a concessão de bolsas para que os alunos pudessem participar dessas atividades de pesquisa e extensão, antecipando-se à visão das bolsas de iniciação científica, atualmente existentes nos órgãos de fomento.

De imediato, o IEPE tornou-se conhecido e consolidou sua atuação junto ao meio acadêmico, técnico e profissional através da elaboração e divulgação de índices e indicadores sócio-econômicos, em especial o Índice de Preços ao Consumidor e o Custo do Cesto de Produtos Básicos. Não obstante, desde o início de seu funcionamento, o IEPE também promoveu a realização de estudos sobre a economia gaúcha, particularmente sobre o setor

agropecuário do Estado.³ Essas novas atividades constituíram um estímulo para que professores da FCE e pesquisadores do IEPE participassem de programas de intercâmbio e aperfeiçoamento no país e no exterior. Foi com base nessa capacitação e a partir da experiência adquirida com pesquisa que foi possível formar quadros adequados à instalação, no IEPE, do primeiro curso de pós-graduação em Economia da UFRGS e um dos primeiros cursos de Mestrado da Universidade como um todo.

Assim, o primeiro curso *stricto sensu* (Mestrado ou Doutorado) lançado pelo IEPE foi o Mestrado em Economia e Sociologia Rural (1963), que se dividiu, pouco tempo depois (1965), em dois cursos: o Mestrado em Economia Rural e o Mestrado em Sociologia Rural. Em 1984, o Mestrado em Sociologia Rural foi incorporado pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. O Mestrado em Economia Rural está vinculado, atualmente, ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da FCE. O Mestrado em Economia foi criado em 1971, junto ao IEPE, e o Doutorado em Economia no ano de 1992, já no âmbito do atual Programa de Pós-graduação em Economia, que reúne, hoje, ambos os cursos e oferece, também, várias opções de pós-graduação *lato sensu*, conforme será visto na seqüência do texto, na seção *Período recente*.

É importante ressaltar que, com o permanente avanço do conhecimento na área de Economia e as crescentes exigências quanto à formação profissional, os cursos existentes necessitam passar por freqüentes processos de avaliação e renovação, assim como novos cursos precisam ser regularmente organizados e oferecidos. Atuar na “fronteira do conhecimento” é uma das funções históricas da universidade, enquanto instituição; é, além disso, imperativo de uma época em que as transformações são rápidas e profundas, obrigando a própria estrutura universitária a passar por constantes adaptações e mudanças, sob pena de tornar-se obsoleta e não mais se adequar aos ditames acadêmicos e aos progressos da ciência. No caso presente, em que se está analisando o ensino de Economia na UFRGS, procurou-se, de um lado, verificar as mudanças institucionais e os caminhos percorridos pela FCE, desde a sua origem como Escola de Comércio e até recentemente. De outro, identificar as áreas do conhecimento em que a Faculdade atua e como se deu o surgimento dos cursos (graduação e pós-graduação) e da atividade de pesquisa, destacando-se, no caso, a criação do IEPE.

Há muitos outros aspectos importantes a considerar, como a existência, hoje, de vários núcleos de pesquisa (alguns, inclusive, de natureza interdisciplinar), que atuam no IEPE e junto aos Programas de Pós-graduação e Departamentos. A organização do Mestrado Profissional em Economia, em 1999, bem como a oferta regular de cursos de Especialização e a organização de várias atividades de extensão são referências importantes para a capacitação profissional do Economista. Cabe, ainda, referir a criação, auto-

³ Consultar, a propósito, Ferrari Filho (2000).

rizada pelo Conselho Universitário em 1998, do Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios (CEPAM), com sede no IEPE, que possui caráter interdisciplinar (integra várias Unidades da UFRGS) e tem por objetivo atuar em pesquisa e pós-graduação na área do *agribusiness*.

Para dar andamento a esse conjunto de atividades, que integram ensino, pesquisa e extensão, a FCE conta com boa infra-estrutura física, administrativa e acadêmica, destacando-se a Biblioteca setorial, que atende todos os cursos da Faculdade (graduação e pós-graduação) e os Laboratórios de Informática. Os órgãos da Unidade, como o IEPE, os Programas de pós-graduação e os Departamentos, têm suas linhas próprias de publicação e a Faculdade edita, desde março de 1983, a revista *Análise Econômica*, especializada na área de Economia e com periodicidade semestral.

Na continuidade do texto, esses e outros aspectos serão abordados em seus desdobramentos mais recentes, procurando-se enfatizar a organização atual das atividades acadêmicas (ensino e pesquisa) da FCE, bem como sua contribuição para a formação, aperfeiçoamento e permanente atualização do Economista.

3 Período recente

A alta qualidade do ensino de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é uma realidade incontestável a partir de todos os indicadores, tanto de graduação como de pós-graduação. No Exame Nacional de Cursos de Graduação, o “Provão”, o curso de graduação obteve conceito máximo (A) em todas as suas edições. Da mesma forma, é o curso do Estado do RS que obteve mais premiações e mais primeiros lugares no “Prêmio CORECON de Economia”, concurso anualmente realizado, desde 1987, visando premiar as melhores monografias de conclusão de cursos de Economia do Rio Grande do Sul, promovido pelo Conselho Regional de Economia – 4ª Região. Posteriormente, na década de 1990, o Conselho Federal de Economia passou a promover concurso similar em âmbito nacional, e tem a UFRGS se destacado como uma das instituições mais premiadas.

Esses indicadores, como se espera dos investimentos na área de educação, resultam de um trabalho de longo prazo, o qual se prende, dentre outros fatores: (a) à grade curricular, que se adiantou, ao final da década de 1980, à reforma nacional de currículos, levada a efeito pelo MEC em conjunto com o Conselho Federal de Economia; nas discussões, a FCE esteve presente em todos seus momentos e desdobramentos, de modo que logrou elaborar um currículo atualizado e pluralista, equilibrando as três grandes áreas que formam o tripé do curso: a teórica, a quantitativa e a humanística; (b) ao entendimento, predominante em seus dirigentes e em seu corpo docente, de atualizar permanentemente a grade curricular do curso, criando novas disciplinas e atualizando seus conteúdos, em resposta às transformações econômicas e sociais em curso e, principalmente, no mundo do traba-

lho; (c) à interação com a pós-graduação e com a pesquisa, a qual permite qualificar e atualizar permanentemente seu corpo docente. Isto fica demonstrado ao se ter presente que hoje, de seus 44 professores do quadro permanente, 34 são doutores, ou seja, 77%; porcentagem semelhante perfaz os docentes em regime de dedicação exclusiva. Desta forma, conseguiu-se formar um quadro docente em pé de igualdade, quanto a esses indicadores, com as melhores instituições nacionais e similares ao padrão internacional, levando-se em consideração, como parâmetro, a relação com o corpo docente.

A quantidade e a qualidade do corpo docente permitiram que a pesquisa passasse a abranger as mais diversas áreas da Economia. Embora seja consagrada a possibilidade de os docentes elaborarem projetos individuais de pesquisa e os submeterem às agências financiadoras, gradualmente as atividades de pesquisa vêm sendo aglutinadas em núcleos que congregam professores, mestrandos, doutorandos e bolsistas de iniciação científica que abordam temas afins. Atualmente estão ativos na FCE os seguintes núcleos: Núcleo de Análise de Política Econômica (responsável pela elaboração da Carta de Conjuntura, de periodicidade trimestral); Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Econômica; Núcleo de Estudos da Tecnologia, Indústria e Trabalho; Núcleo de Economia Política; Núcleo de Economia Alternativa; Núcleo de Crescimento e Desenvolvimento Econômico; Núcleo de Economia Aplicada; e Núcleo de Estudos em Economia Agrária.

Os grupos de pesquisa são estimulados a apresentarem seus trabalhos em seminários, realizados pelo Programa de Pós-Graduação em Economia, tradicionalmente às quartas-feiras, mas que também contam com a participação de professores e pesquisadores de outros centros do país. No ano de 2005, foram apresentados 32 seminários nesta programação, todos eles exigindo previamente a entrega de trabalho completo, o qual é disponibilizado antecipadamente aos seus participantes e demais interessados. Já o Departamento de Ciências Econômicas publica duas séries com trabalhos de professores: Textos para Discussão e Textos Didáticos, os primeiros voltados a divulgar resultados preliminares de pesquisa e o segundo a estimular a elaboração de textos especializados e inovadores, mas em linguagem acessível, para serem utilizados como material para as aulas de graduação e pós-graduação.

Na área da graduação, o grande acontecimento da presente década foi a criação do Curso de Relações Internacionais, voltando a FCE a comportar quatro cursos, pois havia diminuído para três com a criação da Escola de Administração na década de 1990. Sendo iniciativa de um grupo de professores do Departamento de Ciências Econômicas, a criação deste novo curso não pode ser dissociada das transformações econômicas das últimas décadas, marcadas pela internacionalização das decisões econômicas e políticas, pela abertura da economia e pela integração dos mercados, principalmente na área financeira. Embora integrado à FCE e, mais de perto, ao Departamen-

mento de Ciências Econômicas, o curso conta com a colaboração de docentes de outros oito departamentos da UFRGS: Geografia, Ciência Política, Direito Público e Filosofia do Direito, História, Administração, Ciências Contábeis e Atuariais, Antropologia e Línguas Modernas.

Essa diversidade de áreas consagra o pluralismo e a visão diversificada que deve ter o egresso do curso de Relações Internacionais, cujo projeto pedagógico, neste aspecto, lembra o do Curso de Ciências Econômicas: a par de formar um profissional de alto domínio técnico e voltado às exigências das demandas públicas e privadas, propõe-se dotá-lo de sólida formação humanística, capacitando-o para a tomada de decisões, em consonância com as exigências da cidadania e do espírito crítico. Trata-se do primeiro curso do gênero em universidade pública do sul do país. Sua inserção na Faculdade de Ciências Econômicas visa estabelecer um diálogo direto com a área de Economia; essa área, desde seu início, historicamente, tem-se mostrado aberta à colaboração e ao trabalho conjunto e interdisciplinar – não só na graduação, pelos cursos afins que compõem a FCE, como na pós-graduação, onde o Curso de Mestrado em Sociologia Rural era sediado no IEPE e hoje, com proposta semelhante, fortemente multidisciplinar, o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural.

Na área da pós-graduação, dois importantes acontecimentos acadêmico-administrativos marcam o período recente: a criação do doutorado em Desenvolvimento Rural e a criação de duas áreas no Programa de Pós-Graduação em Economia.

O doutorado em Desenvolvimento Rural foi implantado em 2003 e compreende três linhas de pesquisa: (a) *Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural*; (b) *Mediações Político-Culturais, Estruturas Produtivas e Formas Sociais do Mundo Rural*; e (c) *Dinâmicas Sócio-Ambientais no Espaço Rural*. Com proposta de abraçar o desenvolvimento rural como fenômeno complexo e objeto das mais diferentes abordagens teóricas, busca-se formar profissionais e pesquisadores capazes de induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no espaço rural, comprometidos com a qualidade de vida de suas populações. Para tanto, conta com docentes de diferentes áreas, além de Economia, como Sociologia, Antropologia, Geografia, Agronomia, Educação e Enfermagem. Da mesma forma, atrai alunos de diferentes formações e provindos de diversos pontos do Rio Grande do Sul e do país. Também seus alunos têm recebido diversas premiações nacionais, como a da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER). Pela característica do Programa, têm ganhado impulso muito grande em seu âmbito as atividades de extensão, mormente as realizadas com prefeituras do interior, cooperativas e órgãos públicos voltados à área rural, permitindo, desse modo, que seus docentes e discentes tenham contato direto com o objeto de suas análises, o que resulta em maior qualidade do ensino e da pesquisas realizadas.

Finalmente, registra-se em 2004 a mudança estrutural verificada no Curso de Pós-Graduação em Economia, com a criação de duas áreas de

concentração: Economia do Desenvolvimento e Economia Aplicada. Esta foi possível graças ao crescimento do número de doutores em regime de dedicação exclusiva no Departamento de Ciências Econômicas, o qual abriu possibilidade de ampliar o número de alunos dos programas de mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado, além de contemplar pesquisas voltadas às mais diferentes áreas e especializações dentro das Ciências Econômicas. Com isto, consagra-se a visão pluralista, tão importante em uma ciência como a Economia, em que as controvérsias e os debates acalorados do mundo acadêmico não só fazem parte de sua história, mas são indutores indispensáveis de seu desenvolvimento teórico e científico.

Estruturadas de acordo com as linhas de pesquisa desenvolvidas e consolidadas no Programa, as áreas de concentração selecionam anualmente alunos de mestrado e doutorado. A área de Economia do Desenvolvimento abarca três linhas de pesquisa: (a) Instituições Estratégicas Privadas e Políticas Públicas; (b) Economia Brasileira; e (c) Economia Internacional e Integração. Todas elas têm como perspectiva unificadora o fenômeno do desenvolvimento, abordado em suas múltiplas dimensões e pelos mais diferentes paradigmas. A primeira delas, *Instituições Estratégicas Privadas e Políticas Públicas*, tem como foco o desenvolvimento e as preocupações econômicas, em termos teóricos, empíricos e de políticas, ao longo do tempo e segundo as mais diferentes correntes do pensamento econômico, compreendendo disciplinas e pesquisas em áreas como Economia Institucional, Desenvolvimento Sustentável, Mercado de Trabalho, Desenvolvimento Regional e Economia e Política da Tecnologia. Já a linha de *Economia Brasileira* investiga a especificidade do processo de desenvolvimento do Brasil, em uma perspectiva histórica e comparada. Ela resgata os diversos paradigmas interpretativos da sociedade brasileira; através da pluralidade de autores e marcos teóricos, aborda as principais controvérsias que marcaram e marcam o desenvolvimento do país, desde sua formação colonial e escravista até seu processo de industrialização e mudanças estruturadas no setor primário, as políticas econômicas implementadas e o papel do Estado, sua inserção internacional, seu desempenho recente e perspectivas. Ela abrange disciplinas e pesquisas como Economia Brasileira, Interpretações do Brasil, Capitalismo Contemporâneo e Economia Política. Por fim, a linha de *Economia Internacional e Integração* objetiva entender, analisar e teorizar as transformações da economia mundial capitalista, numa perspectiva que valoriza os aspectos históricos e institucionais. Suas disciplinas e pesquisas enfocam prioritariamente Macroeconomia, Finanças Internacionais e Desenvolvimento, Relações Internacionais, Integração Econômica e Economia Monetária e Financeira.

A área de Economia Aplicada congrega o instrumental teórico e as ferramentas necessárias para análise de dados econômicos requeridos para a elaboração de trabalhos empíricos rigorosos, com atenção aos fundamentos estatísticos e econométricos dos métodos empregados. Possui cinco linhas

de pesquisa: (a) *Econometria Aplicada e Economia Matemática*, a qual congrega disciplinas de Econometria, Tópicos Especiais de Matemática e Processos Estocásticos, dentre outras; (b) *Economia de Empresas*, a qual recupera o espaço econômico com foco em empresas do setor privado, compreendendo disciplinas e pesquisas em Organização Industrial, Economia da Tecnologia e Avaliação de Empresas; (c) *Desenvolvimento Humano e Regional*, a qual visa superar as barreiras de análises baseadas exclusivamente nas estruturas econômicas, privilegiando enfoque no desenvolvimento humano e regional – tendência que tem marcado a atuação de órgãos internacionais, como ONU/PNUD e Banco Mundial –, e abrangendo disciplinas como Economia do Desenvolvimento, Economia Regional, Nova Economia Institucional, Crescimento Econômico e Economia da Pobreza; (d) *Economia Internacional*, com grande tradição no Programa, voltada a estudos macro e microeconômicos das relações externas do Brasil e seu aprofundamento nos últimos anos; e (e) *Economia Política e do Setor Público*, a qual privilegia o Governo como ator econômico, explorando aspectos fiscais, tributários e políticos, dentro da nova Economia Institucional e Economia Política moderna. Esta área compreende pesquisas e disciplinas como Finanças Públicas, Nova Economia Institucional e Economia Política Moderna.

4 Comentário final

Quase cem anos após a criação da Escola de Comércio de Porto Alegre, pode-se asseverar e atestar os frutos do trabalho das diversas gerações que se sucederam na construção do ensino de Economia na UFRGS, matriz da área no Rio Grande do Sul. Não só a trajetória sumariada nas páginas anteriores demonstra isto, como o seu impacto social. É dentre os egressos da Faculdade de Ciências Econômicas que a administração pública estadual e dos municípios gaúchos recruta historicamente a maior parte de seus quadros especializados, perfazendo a maioria expressiva dos dirigentes e titulares de órgãos como Secretarias da Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio, BRDE, Fundação de Economia e Estatística e Receita Federal, dentre outros. O mesmo ocorre com executivos e dirigentes de grupos privados, bancos e cooperativas, sem contar as entidades representativas profissionais, como o Conselho Regional de Economia, onde também há presença marcante, e historicamente preponderante, de ex-alunos da UFRGS. Com a expansão da pós-graduação, a partir da década de 70 do século passado, a FCE também tem formado mestres e doutores que vão exercer suas atividades em outras universidades do Estado e da Região Sul – públicas, privadas e comunitárias –, com forte impacto no ensino e na pesquisa de Economia do país.

De forma auspiciosa, o desenvolvimento da pesquisa, na última década, vem conquistando gradualmente sua internacionalização, passo necessário após sua consolidação nacional. São inúmeros os convênios que a FCE vem

firmando com instituições estrangeiras, principalmente da Inglaterra, Estados Unidos, França, Argentina, Espanha e México. Também é crescente a participação de docentes em congressos internacionais, bem como a presença de professores e pesquisadores de outros centros do país para a apresentação de trabalhos, fortalecendo as linhas de pesquisa em andamento. Trata-se do grande desafio para os próximos anos: tornar os programas de graduação e de pós-graduação em Economia da UFRGS uma referência internacional, o que exigirá muito esforço e dedicação, com a mesma envergadura do trabalho realizado pelas gerações precedentes.

5 Referências

- CARRION, O. B. K. et al. *O ensino de Economia na UFRGS*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- FERRARI FILHO, Fernando. A pesquisa e a pós-graduação em Economia. In: CARRION et al. (2000).
- LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MARCHETTI, Valmor. Formação do economista na FCE – UFRGS: continuidade e mudança a partir da análise do currículo e do perfil dos professores. In: CARRION et al. (2000).
- RELATÓRIOS dos Cursos de Pós-Graduação em Economia e em Desenvolvimento Rural à CAPES (diversos anos).
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *UFRGS 70 Anos*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- WEBER, Max. *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1994.